



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº
(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer do Excelentíssimo Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Senhor Wellington Dias, informações a respeito da inter-relação entre o Bolsa Família e as políticas de qualificação profissional.

Senhor Presidente,

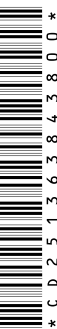
Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requero seja encaminhada ao Excelentíssimo Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Senhor Wellington Dias, solicitação de informações a respeito da inter-relação entre o Bolsa Família e as políticas de qualificação profissional.

Diante do exposto solicito resposta para os seguintes questionamentos:

- 1) Considerando que mais de 91% dos empregos formais criados entre 2023 e 2024 foram ocupados por beneficiários do Cadastro Único, como o Ministério pretende aprimorar a articulação entre o Bolsa Família e as políticas de qualificação profissional e intermediação de mão de obra, transformando o programa em uma plataforma mais efetiva de inclusão produtiva e mobilidade social?
- 2) Diante dos dados que mostram 1,3 milhão de famílias deixando o Bolsa Família em 2024 por melhoria de renda, qual é a estratégia do Ministério para fortalecer a Regra de Proteção e criar mecanismos de

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 946 – CEP 70160-900 –
Brasília/DF
Tels (61) 3215-5946/1946

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251363843800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto



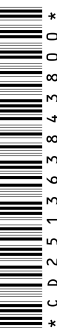


- acompanhamento pós-saída que garantam sustentabilidade da superação da pobreza e evitem o retorno dessas famílias ao programa?
- 3) Com 12 estados ainda apresentando mais beneficiários do Bolsa Família do que trabalhadores com carteira assinada, que medidas específicas o Ministério planeja implementar para estimular a geração de empregos formais e o empreendedorismo nessas regiões, em parceria com outros órgãos governamentais e setor privado?
 - 4) Como o Ministério pretende modernizar e digitalizar integralmente o Cadastro Único e os processos do Bolsa Família, incluindo a implementação de inteligência artificial para identificação automática de famílias elegíveis, detecção de inconsistências e otimização da gestão dos benefícios?
 - 5) Qual é o plano do Ministério para expandir e qualificar os programas complementares ao Bolsa Família, como microcrédito produtivo orientado, capacitação técnica e apoio ao empreendedorismo, especialmente para jovens e mulheres beneficiárias, visando acelerar a saída sustentável da condição de vulnerabilidade?
 - 6) Considerando as disparidades regionais e a concentração de beneficiários em determinadas áreas, como o Ministério pretende articular o Bolsa Família com políticas de desenvolvimento territorial e urbano para promover a desconcentração da pobreza e o desenvolvimento local sustentável?
 - 7) Diante da evolução do programa e das transformações no mercado de trabalho, incluindo economia digital e trabalho remoto, como o Ministério planeja adaptar as condicionalidades e regras do Bolsa Família para contemplar novas modalidades de trabalho e renda, mantendo os objetivos de superação da pobreza e promoção da cidadania?

Justificativa

A questão de o Bolsa Família superar os empregos formais em diversos estados brasileiros merece uma análise profunda e baseada em

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 946 – CEP 70160-900 –
Brasília/DF
Tels (61) 3215-5946/1946





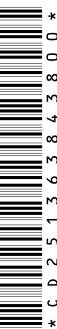
evidências, pois toca em aspectos fundamentais do desenvolvimento econômico e social do país. Este é um debate que exige exame cuidadoso dos dados disponíveis, das evidências científicas e dos contextos econômicos e sociais envolvidos, superando visões simplistas que tendem a polarizar a discussão.

Atualmente, 12 das 27 unidades da Federação têm mais beneficiários do Bolsa Família do que trabalhadores com carteira assinada, uma situação que reflete desafios estruturais importantes. Contudo, essa realidade vem melhorando gradualmente e merece contextualização histórica.

Antes da pandemia, eram 8 Estados com mais benefícios que empregos formais. O número subiu para 10 em 2020, chegou a 12 em 2022 com o Auxílio Brasil e atingiu 13 em 2023, mas agora reduziu novamente para 12 Estados. O Maranhão apresenta a situação mais crítica, com quase duas famílias recebendo Bolsa Família para cada empregado com carteira assinada, enquanto Santa Catarina tem a menor dependência proporcional, com 10 trabalhadores no mercado formal para cada beneficiário.

Os dados mais recentes, porém, mostram sinais claros de melhoria que contradizem narrativas de dependência crescente. Indicadores mostram um aumento no número de carteiras de trabalho em relação ao de beneficiários do Bolsa Família desde o início de 2023. Em janeiro daquele ano, o número de beneficiários do programa correspondia a quase metade de todas as carteiras assinadas no Brasil, proporção que caiu para 44% do emprego formal em agosto de 2024. Essa tendência indica que o mercado de trabalho formal está crescendo mais rapidamente que a dependência de programas sociais.

Contrariamente ao argumento frequentemente apresentado de que programas sociais criam dependência e desestimulam o trabalho, as evidências empíricas sugerem exatamente o oposto. Uma grande revisão de estudos de programas de transferência de renda realizada em 2017 por Abhijit Banerjee, economista do MIT, analisou experiências internacionais e não encontrou evidências de um "efeito preguiça" - pessoas deixando de trabalhar por receber benefícios. Pelo contrário, foram identificadas evidências



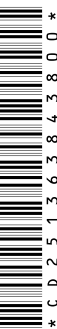


consistentes de estímulo da economia e da criação de empregos formais em diversos países.

Os dados brasileiros recentes confirmam essa tendência de forma impressionante. Das mais de 3,4 milhões de contratações realizadas entre janeiro de 2023 e setembro de 2024, 91,49% foram para inscritos no Cadastro Único e 71,11% para beneficiários do Bolsa Família. Em 2024 especificamente, 98,87% dos empregos formais criados foram ocupados por pessoas cadastradas no CadÚnico, sendo que 75,5% dos empregos foram preenchidos por beneficiários do Bolsa Família. Esses números demonstram que, longe de desencorajar a busca por trabalho, o programa está funcionando como uma ponte para a inserção no mercado formal.

A literatura científica brasileira corrobora essas evidências ao mostrar que pessoas que vivem em domicílios onde há beneficiários do Bolsa Família trabalham tanto ou mais que outras pessoas com renda familiar per capita similar. Enquanto a taxa de participação no mercado de trabalho das pessoas em domicílios com beneficiários é de 73% para o primeiro décimo mais pobre da distribuição, 74% para o segundo e 76% para o terceiro, a mesma taxa é de apenas 67%, 68% e 71%, respectivamente, para pessoas que vivem em domicílios sem beneficiários. Esses dados desafiam frontalmente a narrativa de que transferências de renda desestimulam o trabalho.

No entanto, seria ingênuo ignorar que existem limitações reais e desafios estruturais que merecem atenção. O argumento sobre a necessidade de reformas para melhorar o ambiente de negócios tem fundamento sólido. O Brasil ocupa posições consistentemente baixas nos rankings internacionais de facilidade para fazer negócios, variando entre a 109ª e 124ª posição entre 190 países avaliados pelo Banco Mundial nos últimos anos. Particularmente preocupante é o desempenho no tópico que avalia a facilidade para o pagamento de impostos, onde o Brasil ocupa a 184ª posição, refletindo a complexidade tributária que realmente afasta investimentos e dificulta a criação de empregos.



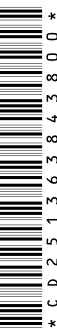


Quando reformas estruturais são efetivamente implementadas, os resultados positivos se materializam. O Brasil conseguiu avançar 16 posições no ranking do Banco Mundial graças às reformas realizadas em 2017, que incluíram a introdução de certificados digitais para importação, aprimoramento no acesso ao crédito e criação de sistema online para facilitar abertura de empresas. Isso demonstra que melhorias no ambiente de negócios são possíveis e produzem resultados mensuráveis.

A falsa dicotomia entre programas sociais e desenvolvimento econômico precisa ser superada através de uma compreensão mais sofisticada da dinâmica econômica. Os programas de transferência de renda não devem ser vistos como opostos ao crescimento econômico, mas como complementares a ele. Trabalhos de Marcelo Neri, diretor do FGV Social, indicam que os aumentos do Bolsa Família ajudaram a dinamizar a economia, estimulando o consumo das famílias de baixa renda e criando demanda que, por sua vez, gera empregos formais.

A mobilidade social real observada desafia narrativas de dependência permanente. Em 2024, 1,3 milhão de famílias que tinham direito ao benefício do Bolsa Família superaram meio salário mínimo de renda per capita e deixaram o programa voluntariamente - mais que o dobro das 590 mil famílias que saíram em 2023. Simultaneamente, no período de junho de 2023 a dezembro de 2024, 1,5 milhão de famílias deixaram a baixa renda e outras 972 mil pessoas do Cadastro Único alcançaram a classe média, obtendo renda individual de R\$ 3,4 mil ou mais. Esses números documentam mobilidade social ascendente real, não dependência crescente.

O programa incorporou mecanismos importantes para evitar o "efeito precipício" que poderia desencorajar a busca por emprego. A Regra de Proteção, criada em 2023, permite que beneficiários mantenham-se no programa por até dois anos após conseguir emprego, desde que a família permaneça dentro de determinados critérios de renda. Durante esse período de transição, as famílias continuam recebendo 50% do valor do Bolsa Família, proporcionando segurança enquanto buscam estabilidade financeira. Essa





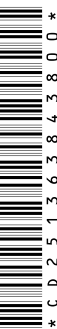
inovação resolve um dos principais problemas dos programas de transferência - o medo de perder o benefício imediatamente ao conseguir trabalho.

Seria desonesto, contudo, ignorar as limitações e críticas fundamentadas que existem. Alguns pesquisadores expressam preocupação legítima com possível dependência de longo prazo e propensão para trabalhos informais. A literatura econômica aponta evidências de que transferências de renda podem, em certas circunstâncias, incentivar indivíduos a não procurar outros meios de obter renda ou reduzir sua oferta de trabalho corrente. Entre os autores especializados, há consenso de que os programas de transferência condicionada de renda são efetivos para cumprir objetivos de curto prazo, mas muitos fazem avaliação mais reservada sobre o longo prazo, argumentando que apenas transferências de renda não serão suficientes para resolver completamente os problemas relacionados à pobreza e desigualdade estrutural.

A solução não está em escolher entre assistência social ou reformas econômicas, mas em implementar ambas simultaneamente através de uma abordagem integrada e inteligente. As reformas estruturais necessárias incluem desburocratização efetiva dos processos de abertura e operação de empresas, reforma tributária que reduza complexidade e carga sobre a produção, modernização do Estado através da digitalização de serviços públicos, e criação de marcos regulatórios que facilitem investimentos produtivos.

Paralelamente, os programas sociais precisam ser aperfeiçoados para maximizar seu potencial de promoção da mobilidade social. Isso inclui vincular benefícios a programas robustos de qualificação profissional, facilitar acesso ao microcrédito e apoio ao empreendedorismo, manter sistemas de graduação assistida durante a transição para fora da pobreza, e implementar avaliação contínua para ajustar programas conforme evidências de impacto.

O debate sobre Bolsa Família versus empregos formais, quando bem fundamentado em evidências, revela que a dicotomia é falsa. Os dados mostram que o programa, longe de criar dependência generalizada, tem





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

funcionado como trampolim para inserção no mercado formal de trabalho. Contudo, isso não elimina a necessidade urgente de reformas estruturais que melhorem o ambiente de negócios e criem mais oportunidades de trabalho digno.

O verdadeiro desafio nacional não é escolher entre proteção social e crescimento econômico, mas construir um modelo de desenvolvimento que combine efetivamente ambos. Programas sociais bem desenhados podem coexistir com - e até mesmo potencializar - um ambiente econômico dinâmico e gerador de empregos. A questão central não é se o Brasil precisa de menos programas sociais, mas se precisa de melhores políticas públicas integradas que combinem proteção social inteligente, qualificação profissional efetiva e um ambiente verdadeiramente propício ao empreendedorismo e ao investimento produtivo. Apenas com essa abordagem equilibrada e baseada em evidências o país poderá quebrar definitivamente os ciclos intergeracionais de pobreza e construir uma economia próspera, inclusiva e sustentável.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 25 de Agosto de 2025.

CAPITÃO ALBERTO NETO

Deputado Federal

PL-AM

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 946 – CEP 70160-900 –
Brasília/DF
Tels (61) 3215-5946/1946

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251363843800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto

